DEVERES CIVIS MORAIS E ESPIRITUAIS

TEXTO ÁUREO = “Toda alma esteja sujeita às autoridade que não venha de Deus; e as autoridades que há foram ordenadas por Deus.”

VERDADE PRÁTICA = Diante da sociedade, o crente tem deveres civis, morais e espirituais.

LEITURA BÍBLICA = Romanos 13.1-8

INTRODUÇÃO

Exortação de submeter-se à autoridade governamental.

A palavra “amor”, repetidamente utilizada por Paulo no trecho anterior e no subseqüente como termo condutor (12.9,10,17b; 13.8,9,10), está de folga nesses sete versículos sobre a ordem estatal. Assim, fica evidente desde logo: aqui não tem nada a ver com a “pátria amada”, com imperadores, reis e dirigentes “fervorosamente amados”, nem com “demorados aplausos entusiásticos” diante do seu palanque. A mera expressão “*fidelidade* ao estado” é quase forte demais. Em contraposição, uma outra linha estende-se com muita clareza.

Ela começa em Rm 12.2 com a prática do “bem” de acordo com a vontade de Deus, passa por Rm 12.9,17b,21 e assume o papel determinante aqui nos v. 3,4. Amor sempre é prática do bem. Ele “estabelece um firme vínculo com o bem” (Rm 12.9). Mas, de acordo com o respectivo destinatário, ele se modificará. Diante de pessoas ele é humano (Rm 12.10: “cordial”), porém diante de coisas ele age objetivamente, consciente do objeto e a serviço da coisa. Por isso Paulo pensa e fala de modo muito disciplinado quando não transforma órgãos estatais em objetos de um amor pessoal, mas convoca singelamente a um comportamento correto diante deles. Essa capacidade de mutação do amor faz parte de sua credibilidade.

Nosso amor perde o crédito se por um lado o dirigirmos escrupulosamente a pessoas, p. ex., se jamais pudéssemos assaltar e saquear uma senhora idosa, mas se por outro lado enganamos uma autoridade sem a menor preocupação. Ao contrário, perante a autoridade estamos nos igualando ao “padrão deste mundo” (Rm 12.2 [NVI]): tratando-a com indiferença, como faz o mundo em nosso redor. Odiamos e agitamos contra ela, agachamo-nos diante dela, somos impertinentes, resmungamos, exploramo-la e provocamo-la – bem assim como o mundo em volta. Aliás, precisamente uma

comunidade cristã sem influência política e à mercê dos poderosos, que não tem muitas coisas boas a esperar das autoridades, tende a assumir uma atitude negativa diante do estado. Despreocupada, permite que se alastre a conformação com o mundo no sentido de Rm 12.2.

Contudo, a ordem estatal é importante demais para que a ética cristã a deixasse de lado. Com exceção de referências isoladas, em seis passagens o NT reflete o ensinamento da primeira igreja: Mc 10.42-45 (par); Mc 12.13-17 (par); Rm 13.1-7; 1Tm 2.1,2; Tt 3.1 e 1Pe 2.13-17. O fato de que o presente texto excede esses trechos paralelos em extensão e peso, pode ser explicado satisfatoriamente, por um lado, a partir do formato da carta. Paulo trabalhou nela com mais tempo e de acordo com um plano intencional.

Além disso, escreve a leitores que como moradores da capital se defrontavam com um aparelho de poder especialmente rico em tradições e seguro de si, e que também dispunham de experiências marcantes com as medidas desse estado (cf qi, *2a* e *2b*). Por isso, duas hipóteses tornam-se supérfluas. Em primeiro lugar não é imperioso que uma corrente revolucionária que Paulo supostamente tentava abafar tenha existido na igreja de Roma. Em segundo lugar, estão ausentes em Rm vestígios de um desprezo entusiasta de ordens terrena.

Entre os exegetas surge repetidamente a alegação de que Paulo estaria considerando o Estado de forma incompreensivelmente ingênua. Será que ele teria sido capaz de repetir outra vez suas exposições p. ex. depois das experiências dos anos 30 com Hitler na Alemanha? Contudo, independentemente da circunstância de que Paulo teve de beber até o fundo do cálice do terror da violência por parte do Estado, se argumentarmos assim, ainda não estaremos compreendendo a sua verdadeira preocupação.

Cabe considerar também que os cristãos apegaram-se de forma impressionante a Rm 13 após o início das grandes perseguições sistemáticas no século II. Mesmo Ap 13, onde o estado é visualizado como “animal” anti-cristão que abre sua grande boca blasfema e exige adoração de todos, por ser capaz de todas as coisas, não defende um lema diferente. A exclamação aos leitores, em Ap 13.10, transmite o mesmo espírito de Paulo: “Aqui está a perseverança e a fidelidade dos santos”.

Contudo, também se subestima Rm 13 quando há exegetas que cedem à tendência de julgar a democracia dos tempos atuais de forma pouco crítica. Sem dúvida ela se diferencia de regimes totalitários antigos e modernos como o dia da noite. Apesar disso, não foi à toa que Jesus advertiu para que não nos enganássemos com construções humanas de poder como tal, quando falou aos discípulos: “Sabeis que os que são considerados governadores dos povos têm-nos sob seu domínio, e sobre eles os seus maiorais exercem autoridade” (Mc 10.42,43). Ele não espera que aceitemos os discursos dominicais dos governantes como verdade pura e certa, mas que examinemos e desmascaremos as formas e técnicas de concretização do uso do poder.

Será realmente que podemos afirmar que “no moderno estado democrático a contraposição, pressuposta em Rm 13, entre governantes e súditos, foi abolida por princípio”, que as funções dos que dominam agora estariam “distribuídas”, que todo emprego de autoridade é “responsável perante o povo”, ou seja, que ele acontece “em nome do povo”?

Quanto às ordens sociais antiga e moderna

Em todos os séculos leitores da Bíblia se depararam com o abismo entre o tempo bíblico e o tempo deles. Nosso trecho sobre o relacionamento com as autoridades torna esse abismo singularmente flagrante para o nosso tempo. Dificilmente um leitor não ficaria intrigado. Porém, para que não deixe abruptamente de lado essa passagem importante, o presente excurso visa auxiliar justamente na compreensão da situação de então e de hoje.

***a*. Tão logo estivesse em questão a vida cristã prática, sobretudo nas perguntas éticas, a corrente do estoicismo tinha de tornar-se interessante para as primeiras comunidades**. Ela se fortaleceu de modo crescente nos primeiros séculos, oferecendo auxílio para a vida e orientação ética para incontáveis pessoas, até mesmo nos dias de hoje. Ela cunhou em boa extensão a concepção ideal de uma vida como cidadão honrado. Quanto à cosmovisão que está ao fundo: o estóico admira uma lei cósmica impessoal da razão em tudo que existe, do maior ao menor.

Ele também cita Deus, divindade e providência. Por isso não existe arbitrariedade e acaso, é como se uma máquina mundial estivesse

em funcionamento com enorme exatidão. O que acontece precisa acontecer, e é bom e sensato da maneira como acontece. Sob essa premissa, a vida humana pode ser feliz somente como vida humana obediente. Ela está empenhada em permanecer em consonância com esse múltiplo conjunto ordenado. “Se resistir, atuarei mal – e terei de obedecer de qualquer maneira”. Renuncia-se às pulsões, aos desejos, ao agir pelas emoções. Não se admite entusiasmos arrebatadores, mas em tudo adere-se à boa proporção. Faz-se o que é ordenado. O dever tem validade máxima em todas as esferas.

b. **O leitor da Bíblia percebe numerosos pontos de tangência formais com instruções do NT.** A exortação para cumprir incondicionalmente os mandamentos, para ser sóbrio, para refletir de forma madura, para examinar, para falar de maneira pensada, para agir de modo decente, encontrou campo aberto entre gentios com orientação séria daquele tempo. Faz parte dessa linha de pensamento o predomínio do conceito de ordem no presente trecho. Somente nos primeiros dois versículos, Paulo utiliza a raiz semântica “ordenar” nada menos de quatro vezes: *hypotássesto, tetagménai, antitassómenos, diatagé* (a tradução abaixo imita os vocábulos). “Ordem” desempenha um papel notável em Paulo, conforme se verifica em outras derivações: *táxis* (1Co 14.40), *átaktos, atakteo*: “viver desordenadamente”, sem senso de responsabilidade (1Ts 5.14; 2Ts 3.6,7,11), *hypotagé*: “subordinação à autoridade” (Gl 2.5; 2Co 9.13).

A exortação à subordinação constitui no NT a palavra básica franca do agir cristão: os cidadãos devem praticá-la perante a autoridade governamental (Rm 13.1,5; Tt 3.1; 1Pe 2.13), os escravos perante o proprietário de escravos (Tt 2.9; 1Pe 2.18), as mulheres perante os maridos (Ef 5.22,24; Cl 3.18; 1Tm 2.11; Tt 2.5; 1Pe 3.1,5), os filhos perante os pais (1Tm 3.4), os membros perante a direção da igreja (1Pe 5.5; 1Co 16.16) e um membro perante o outro (Ef 5.21).

c. **A igreja de Cristo sabe que, apesar desses paralelos lingüísticos, há mundos separando o cristianismo do estoicismo.** A razão disso já reside no testemunho de Deus no AT e, acima de tudo, na revelação de Jesus Cristo. Porém os primeiros cristãos estavam inseridos no contexto de vida daquele tempo, não para simplesmente modificá-lo (p. ex., a legislação do escravismo), mas para nele comprovarem a sua fé. É tarefa da exegese mostrar que no NT cada uma das expressões estóicas foi reenvasada, como

por diálise, com conteúdo cristão, passando a ter vida própria. Por isso seu uso equivocado seria imperdoável.

***d*. Primeiramente, porém, cabe sentir o choque que o ouvinte de hoje experimenta,** por crescer numa ordem social totalmente transformada e que também não poder simplesmente saltar para fora dela. A palavra que cativa hoje não é mais "subordinação" e sim "liberdade". Tudo deve ser livre: o pensamento, a pesquisa, a consciência, a fé, a igreja, a imprensa, o povo, o cidadão, o trabalhador, a mulher, a juventude, o amor, a criança, o aborto e muitas outras coisas mais.

***e*. Não queremos retornar à Idade Média**. Após um simples teste de catorze dias iríamos querer voltar. A ordem social libertária de fato nos seduz com uma ponta da verdade. Na verdade ela tem duas faces. Os libertados também são novamente capturados. Constituíram-se centros de poder intelectual, determinando e configurando a sociedade de modo assustador. E os libertados mostram-se selvagens, maus e ingratos. Aciona-se o freio de emergência: penas são intensificadas, a polícia recebe reforços, aperfeiçoam-se instrumentos de combate ao crime, cada vez mais dados pessoais do cidadão são colhidos. Não poderia estar ocorrendo um erro fundamental na visão que se tem do ser humano e de Deus? Há movimentos contrários. Contudo, a opinião pública continua não tendo outra idéia para reforçar senão esta: a "liberdade" tem de ser levada mais avante, para que o bem no ser humano finalmente possa se desenvolver. – A interpretação atual confronta-se com toda essa mescla.
Paulo começa com uma exortação consternadoramente simples e irrevogável: **Todo homem** (quer judeu, gentio ou cristão) **esteja sujeito às autoridades superiores** instituídas. Está pressuposta a noção de uma ordem abrangente da sociedade. Cada pessoa tem uma relação peculiar com as demais e quer ocupar seu lugar. Desta forma, em cada situação surge também um "acima" e um "abaixo", uma consciência que o "instituído" (possuidor de poder superior) desperta em nós. Certamente sempre será difícil tornar essa subordinação compreensível a uma pessoa que vive de coração ardente de acordo com o lema: "Para mim, nada é mais importante que eu próprio!" Mas também o ouvinte de hoje conhece o anseio por pais, por um mestre ou amigo que estejam "em ordem". Sem que se chame à ordem, sem que se faça ordem e que se mantenha ordem as pessoas não conseguem conviver.

Depois que Paulo revigorou a noção da ordem, que abrange a população e o governo, ele cita Deus como criador dessa constelação. **Porque não há autoridade** (“poder estatal”) **que não proceda de Deus.** Obviamente Paulo conhecia as circunstâncias terrenas e humanas pelas quais governantes assumem o poder. Durante sua vida Roma viu quatro imperadores sendo coroados, três dos quais após assassinato e morte. Também a Bíblia narra tais eventos sem enfeitá-los. Porém Paulo fixa-se integralmente na perspectiva teológica. **As autoridades que existem foram por ele instituídas.** Tão logo apareça o termo “Deus”, trata-se do Deus da vida e da paz, em oposição a tudo que é caótico e destrói a vida.

No fundo, qualquer pessoa sabe que para o convívio e a sobrevivência das pessoas nas pequenas e grandes questões não há viabilidade sem uma ordem de paz. Também a comunidade cristã sente-se comprometida com ela. Não obstante, Rm 12.18 já deixou transparecer que há limitações para o esforço por paz e equilíbrio por causa da falta de boa vontade de alguns. Nesse contexto fala-se, agora, da instituição de um poder estatal de ordenamento (pormenores sobre isso no v. 4). Não se trata de uma ordem de salvação, mas ela faz parte de uma existência suportável.

Paulo não a depreende da natureza, como faziam os filósofos gregos, mas tampouco a remete à Criação. Isso significa: essa ordem não existe como configuração ideal preestabelecida, que tivesse sido imposta como uma obrigação aos estados de todas as eras e de todos os continentes. Pelo contrário, a expressão “por ele (Deus) instituídas” cria a impressão de uma série de ordenanças (cf logo abaixo, sobre o v. 2), que Deus insere de caso para caso no decurso dos acontecimentos, seja com ira, seja com paciência e graça.

Em todas as fases Deus é Senhor sobre a história humana. Sem podermos evidenciar suas providências em todos os detalhes, estamos diante de um bem comum da fé bíblica, formulado de forma clássica no livro de Daniel: “(Deus) remove reis e estabelece reis”. Na verdade, Ap 13 diz o seguinte sobre o poder político desnaturado: “O dragão deu à besta o seu poder, o seu trono e grande autoridade” (v. 2b [NVI]), mas poucos versículos adiante a afirmação é superada: “Foi-lhe dado poder (por Deus!)…” (v. 7 [NVI]).

De fato, uma imbricação, para nós imperscrutável, de duas iniciativas de direções totalmente opostas! Am 3.6 atesta essa atuação universal (não atuação única!) de Deus com a frase: “Se acontece uma desgraça na cidade, não foi Iahweh quem agiu?” (BJ). Deus está agindo ininterruptamente em cada recanto da terra também nesse mundo caído (Jo 5.17). Ele não fica apenas contemplando tudo, como a lua silente. Ele não se deixa aprisionar no além, ele não é somente Deus no céu, mas também na terra (Dt 4.39; Js 2.11; Ec 5.2).

Não há nenhum distrito (e também nenhuma prefeitura) que estivesse excluído de sua atuação. Se conforme Mt 10.29 Deus até age no vôo de um pássaro e na formação de uma careca, quanto mais não atuará no surgimento e na preservação de cada governo de fato existente. “Sim, com certeza Deus é o Deus das nações!” (Rm 3.29). Não existe história mundial que transcorresse por si própria.

Sob essas circunstâncias elimina-se a atitude de oposição aberta ou velada frente ao estado como possibilidade cristã. **De modo que aquele que se opõe** (contrariamente) **à autoridade** (“poder estatal”) **resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos** no juízo final a **condenação** de Deus. Em decorrência, a anarquia, ou seja, oposição por princípio contra o poder governamental, não representa uma saída cristã. Negar-se a obedecer determinadas ordens da autoridade estatal é algo diferente (sobre isso, cf nota 43, sobre o v. 3b).

Isso posto, Paulo muda o curso do fundamental para o prático, ao *agir* da autoridade governamental e ao *fazer* dos cristãos. Nisso Paulo trabalha com a premissa de que ambos os lados estão harmonizados num ponto essencial: visam o bem e combatem o mal.

Melhor: da parte do estado isso já acontece assim, os cristãos são exortados a agirem dessa maneira. Quanto aos últimos, a tríplice contraposição de bem e mal mostra que mais uma vez eles são incorporados ao fluxo de idéias do capítulo anterior. Por meio de uma insistente interpelação pessoal eles são conjurados, como já em Rm 12.2, a cumprir a vontade de Deus (v. 3b): **Faz o bem**, incondicionalmente!
Cumpre notar que não está sendo dito: cumpre incondicionalmente o que foi ordenado! Quando os cristãos praticam o bem, a estrutura do Estado vem ao seu encontro com algo que eles, enquanto comunidade cristã, não podem deixar de aprovar – uma afirmação

muito surpreendente de início. A autoridade estatal **louva** (“enaltece” [NVI]) o praticante do bem e **castiga** (“pune” [NVI]) **o que pratica o mal.**

Paulo está destacando no poder do estado única e exclusivamente sua função ética. Ao perseguir os criminosos ele garante a ordem jurídica. Enquanto servo de Deus, é vingador para a ira sobre os que praticam o mal (v. 4b). De acordo com Rm 12.19, os cristãos não se devem arrogar o cargo da vingança, mas dar espaço ao furor vindouro de Deus. Aqui, porém, Paulo complementa e ensina que já no presente Deus não deixa essa função totalmente inativa, permitindo que o poder estatal sirva provisoriamente como seu instrumento. A perseguição criminal nos tribunais, por mais fragmentária que possa ocorrer, deixa transparecer a ira vindoura de Deus.

Essa “pequena ira” aponta para aquela “grande ira”. Deus não quer deixar a humanidade correr para dentro do grande furor sem que antes possa encontrar a salvação. Porém, para que ela própria não se extinga antes pela luta de todos contra todos, pela lei da selva, pela justiça de linchamentos e por assassinatos de vendeta, Deus contrapõe a autoridade judicial pelo menos aos excessos mais graves do maligno.

Diante dessa ênfase justamente no elemento judicial do sistema estatal, e pensando nos tribunais existentes de fato, surpreendemo-nos com essas afirmações: **Faze o bem e terás louvor** dele (v. 3b), **entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada** (v. 4b). Seria tudo isso tão simples? De acordo com o contexto deve-se entender o elogio das boas ações como louvor por parte do juiz: nos termos do processo ele constata o bem e o mal e distribui o respectivo louvor e a reprovação. No entanto, acaso o próprio Paulo não havia colhido más experiências com a brutalidade, a corrupção e a hipocrisia jurídica e estatal de seus juízes? Em Rm 8.36 ele sintetiza: “Somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro”. Não obstante, o leitor atento de Rm não deveria estar surpreso demais nesse ponto: conforme Rm 1.32, os próprios gentios, ao praticarem o mal, ainda “sabem que… aqueles que fazem essas coisas merecem a morte” (BLH).
O saber acerca do bem e do mal tem de ser pressuposto sem exceção entre todos os povos (Rm 2.15). Em segundo lugar: conforme Rm

7.16,22, a pessoa não redimida dispõe não apenas desse saber mas até do reconhecimento, sim, da satisfação com a boa vontade de Deus. Mais ainda: de acordo com Rm 2.14, Paulo considera possível que: “*Procedem*, por natureza, de *conformidade* com a lei”. Apesar de que, vistos como um todo, os povos estão indesculpáveis diante da acusação, pois entre eles acontecem boas ações, pelo menos de maneira fragmentária. Portanto: saber acerca do bem, aprovar o bem e praticá-lo! Cristãos deveriam preservar a sensibilidade para tais sinais mesmo no estado gentílico. Constitui um exemplo a forma dos relatos sobre processos no NT. Paulo alcançou esse “louvor” do estado quando o comandante Lísias, os governadores Félix e Festo e o rei Agripa atestaram repetidamente a sua inocência, o que obviamente não os impediu de, paralelamente, prolongarem sua detenção.

Pilatos teve de constatar publicamente três vezes: “Não encontro nenhum motivo para condenar este homem” (BLH), embora apesar disso submetesse o inocente à terrível tortura romana. Herodes teve de concordar com o seu veredicto (Lc 23.4,14,15,22). Eram espantosas as circunstâncias que o Supremo Conselho criava em defesa do direito e da lei, ainda que, ao arrepio da lei, a pena de morte para Jesus já estivesse decidida antes do processo. O regime mais miserável simplesmente não consegue subsistir sem encostar-se no elevado conceito do bem e do mal. Dessa maneira ele se curva diante dos pés de Deus, assim como os soldados romanos reverenciaram a Jesus, coroado de espinhos e vestido de púrpura. Soterrada por injustiça e escárnio, triunfou a justiça!

Retornamos à exortação ao cristão: pratica o bem! Paulo não só o incute por causa da expectativa pelo elogio que se pode esperar, mas mais intensamente pela recordação do castigo iminente em caso de um ato mau (três vezes nesses dois versículos o tema do temor!): **Queres tu não temer a autoridade** (“o poder estatal”)**? Faze o bem**! Um cristão não deve pensar de forma leviana em se colocar acima das normas do bem e do mal “só” porque tem de lidar com uma autoridade terrena. Dessa forma também perante Deus ele estaria fora de uma esfera do direito. O direito, projetado a rigor **para teu bem**, volta-se contra ele, sanções começam a atuar. Ele perde sobretudo, nesse caso, diante das portas do tribunal, a verdadeira coragem espiritual, que é dada unicamente ao que teme a Deus.

Agora Paulo está em condições de reforçar e aprofundar sua tese do v. 1. **É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência.** De modo algum Paulo está recomendando apenas uma sujeição exterior, nem subserviência precipitada como única possibilidade para sobreviver, muito menos adaptação maleável para proveito próprio. Para Paulo, trata-se de uma questão do mais íntimo compromisso.

Ele considera como aprovação o fato de que, pelo que se evidencia, os leitores romanos pagam seus impostos normalmente. **Por esse motivo, também pagais tributos.** Já no berço do cristianismo o tema impostos trouxe complicações (Lc 2.1).
Em Roma se sofria, na época da redação dessa carta, de modo muito singular sob os altos tributos e sob os métodos violentos dos exatores. Sempre havia o perigo de que o ânimo revertesse para exasperação. É por isso que Paulo aplica sua visão do v. 4 justamente a esses órgãos estatais: **porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço.**

Sem qualquer palavra de conexão começa a nova frase, martelando mais uma vez a exigência cristã nessas questões de ética frente ao estado. Por sua brevidade e forte generalização resulta claramente como tese: **Pagai a todos o que lhes é devido** (as obrigações).

O plural “obrigações” não se refere a uma grande soma de dívidas monetárias, mas abrange tudo com o que cristãos estão em débito para com a sociedade. Do berço ao caixão eles recebem prestações de serviço nos parâmetros da ordem pública. Depois de terem acordado para Deus, também estão despertos para o agir de Deus na realidade deste mundo, prestando-lhe também nessa esfera seu “culto racional” (Rm 12.1).

Fazem-no, cumprindo de modo justo e leal seu dever perante todas as pessoas e instituições. Segue-se um rol de exemplos: **Pagai a todos o que lhes é devido: a quem** (deveis) **tributo,** (entregai) **tributo; a quem** (deveis) **imposto, imposto; a quem** (deveis) **respeito, respeito; a quem** (deveis) **honra, honra**. Porventura “respeito” e “honra” se referem a Deus? A comparação com Mc 12.17 e 1Pe 2.17 poderia sugerir essa idéia. Porém ela não combina bem com a tese precedente e também não cabe nessa série homogênea de exemplos. Paulo realmente traça a linha até o fim:

levem o poder da autoridade governamental existente mais a sério que talvez ela própria esteja fazendo!

Amor ao próximo como cumprimento da lei.

Depois de Rm 10.4,5 o tópico “lei” parecia ter desaparecido de Rm, e com certeza o leitor também não sentiu falta dele. Nos dois capítulos éticos, Rm 12,13, a lei aparentemente não tinha mais nada a dizer, tendo sido vitoriosamente expulsa do campo em nome do amor. Contudo, desse modo Paulo é muitíssimo subestimado. Ele está enraizado no AT, pensa nas dimensões da história da salvação e também vê implacavelmente o perigo de uma anomia “cristã”. É, pois, logo numa dupla declaração que ele volta a introduzir a questão da lei.

Paulo faz conexão com a exortação de, no contexto da vida civil, pagar a cada um os débitos que houver: **A ninguém fiqueis devendo coisa alguma**. Há, porém, outro compromisso que continua existindo, que é incomparável, e que já foi abordado em Rm 12.9-21: **exceto o amor com que vos ameis uns aos outros.** O amor se diferencia decisivamente de uma cidadania auto-suficiente. Viver como cristão não significa apenas prontamente quitar compromissos financeiros, legais e morais, para depois reclinar-se, desligando-se do gigantesco volume restante de tarefas ao redor. Um cristão permanece no serviço. Jamais dirá ao próximo: cumpri minha obrigação, nós estamos quites! Jamais tentará evadir-se com ajudas que já prestou: desse e daquele me livrei!, pois com essa atitude já estaria fora do amor.

O NT não demanda o amor “numa alegre falta de motivos” (Karl Barth), mas com ampla fundamentação. É nossa “dívida” amar (1Jo 4.11), porque recebemos amor por meio de Deus, o Pai (Mt 5.44,45), o Filho (1Jo 4.1) e o Espírito Santo (Gl 5.22). Mas amor também é simplesmente obediência. Especialmente em situações impossíveis de compreender – que são os casos mais freqüentes – ou em que a psique (ainda) não está disposta, o amor cumpre o que foi mandado. É nessa direção que aponta o presente versículo. **Pois quem ama o próximo, cumpriu a lei.**

Por meio dessas palavras Paulo leva de volta ao ponto de partida de toda a *paráclese* de Rm 12,13, formulado em Rm 12.2b: pratica

incondicionalmente a vontade de Deus! Quem cumpre a vontade de Deus, durará perpetuamente. Se quiseres entrar na vida, cumpre os mandamentos, precisamente os mandamentos da lei! Em Paulo, assim como em Jesus, não há nenhuma passagem que abra uma brecha para que se imagine que a vontade de Deus teria de ser achada em outro lugar que não a lei e os profetas do AT. O “novo mandamento” do amor não torna supérfluo o “antigo mandamento”. Amor não é o fim da lei, e sim seu cumprimento.

Paulo esclarece a estreita ligação entre o amor e a lei. **Pois isto** (determinado em Dt 5.17-21)**: Não adulterarás, não matarás, não furtarás, não cobiçarás, e, se há qualquer outro mandamento, tudo nesta palavra se resume** (Lv 19.18)**: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.** Começamos pela primeira frase do v.

O amor não pratica o mal contra o próximo. A seleção dos Dez Mandamentos, que Paulo enumera a partir do v. 9, combina com esta frase. Um mal seria, p. ex., violar o matrimônio do próximo, sua integridade física e sua propriedade. Seria maldoso, fazê-lo entrar continuamente em choque com a nossa inveja, em vez de ser uma bênção para ele. A lei toda pode ser comparada a uma cuidadosa sinalização da existência humana, com placas que apontam sempre na mesma direção e para o mesmo alvo: por teu intermédio nada de mau deve acontecer ao teu semelhante, porém somente o bem. Justamente quando ele se envolve na injustiça cabe a ti ser benigno com ele até no fundo do coração, dando-lhe provas desse amor.

Esse já foi o sentido, no seu contexto, da passagem aqui citada, de Lv 19.18. Desse modo, a lei é sintetizada pelo mandamento do amor ao próximo, i. é, ela é dirigida para o seu ponto principal. Jesus, como intérprete e até mesmo corporificação do AT, providenciou, viveu e sofreu para que esse ponto principal não desaparecesse nem se perdesse numa massa confusa de explicações, mas que fosse realmente cumprido (Jo 4.34). Nisso foi seguido pelos apóstolos. **O cumprimento da lei** e, conseqüentemente, fim de sua função torturadora de Rm 7.14-25, **é**, portanto, **o amor**.

Epílogo: Organização da vida orientada para o futuro, à luz do dia vindouro.

Um epílogo fundamenta retrospectivamente a parênese de Rm 12,13, contudo de uma maneira diferente que no prefácio de Rm 12.1,2. Ali Paulo se reportou ao poder impulsionador da experiência da misericórdia de Deus. Agora ele traz a campo a força de tração que se origina da esperança pela volta pública de Cristo. Ou, para ilustrar de forma diferente: origem e futuro da igreja podem ser

comparados com dois pilares de ponte, entre os quais estende-se o seu presente. Sem esses dois pilares ou mesmo um dos dois a igreja desabaria, a vida cristã irremediavelmente se dissolveria na torrente do corriqueiro.

Quanto à expectativa da vinda imediata. De acordo com a filosofia grega, que até hoje continua influenciando a base intelectual do Ocidente, Deus é bom, verdadeiro e belo, mas absolutamente imóvel. Em contraposição, a Bíblia dá o alarme: “Eu sou – o que há de vir!”(NVI). Deus está num movimento de aproximação e penetração em nosso mundo.
Por isso, a proclamação bíblica de Deus também é sempre anúncio, despertando para a expectativa daquele que se aproxima. Já no século VIII a.C. Isaías bradava: “Está perto o Dia do Senhor!” (Is 13.6), e todos os profetas subseqüentes renovaram essa expectativa imediata na sua geração com expressões semelhantes. Há séculos Israel era um povo cheio de expectativa imediata. João Batista aderiu a esse pensamento: “O Reino dos céus está próximo” (Mt 3.2 [NVI]).

Todos os quatro evangelhos são unânimes ao desenvolver o cumprimento centralizado deste anúncio na história da Paixão. Foi ali que de modo decisivo chegou o reino de Deus, aconteceu a sua vontade e seu nome foi santificado na terra. Na cruz Jesus tornou-se Senhor sobre o pecado, a morte e o diabo – confirmado na Páscoa. Sua igreja, enquanto corporação do Espírito Santo, experimentou esse senhorio de Jesus em seu meio. Tanto mais, porém, ela sofreu também a estridente dissonância entre cumprimento messiânico e contínuas condições não messiânicas.

Surgiu uma nova expectativa, até mesmo uma fome pela glorificação pública irrestrita desse Senhor em toda a criação. Pelo fato de esperar por aquele que já tinha vindo e que estava diariamente próximo, a expectativa imediata do NT supera a do AT em urgência e expressividade. Isso, por sua vez, intensificou o teste de paciência. É por isso que numerosas passagens no NT trabalham o tema do “Senhor que tarda”, que não confirma expectativas humanas. Além do problema da impaciência surgiram também concepções cronológicas *não deliberadas* sobre a chegada do Senhor.
Os seres humanos não têm outra forma de expressão do que inserir tudo o que os impulsiona de modo significativo em seu próprio horizonte de vida. P. ex., não seríamos capazes de imaginar uma volta de Cristo daqui a dois milênios e, apesar disso, esperá-la ardentemente. Assim, parece que também para Paulo a idéia de experimentar pessoalmente a volta de Jesus ainda na sua vida não era uma idéia distante.

Contudo, essa forma de falar apenas lhe ocorria involuntariamente. Jamais sua argumentação pretendeu apontar um prazo determinado. Ela em momento algum tornou-se uma afirmação doutrinária. Pelo contrário, ele e os que estão sendo instruídos por ele “sabem muito

bem” (VFL) que não sabem nada de exato sobre o tempo certo (1Ts 5.1,2). Essa data é, por princípio, impossível de projetar. “Só o Deus Eterno sabe quando é que aquele dia vai chegar” (Zc 14.7 [BLH]). Paulo tributava respeito às decisões soberanas de Deus quanto ao tempo e à hora (Rm 11.33-35).

Todas as igrejas cristãs adotaram a volta de Cristo em seu sistema doutrinário. Entretanto, essa expectativa pode perder o significado prático para nós, tornando-se uma expectativa distante que não nos compromete, que não determina nosso presente: “Ainda vai demorar muito até que meu Senhor chegue!” Opostamente a isto aparece a expectativa imediata: “Nesse dia e nessa hora ele tem de chegar e chegará!” Nesse caso abusa-se de passagens bíblicas fora do contexto para fazer predições sensacionais, que porém levam somente até a próxima vergonhosa decepção. Além disso, essas predições desacreditam a honesta expectativa imediata da Bíblia.

Embora a igreja de Roma não tivesse sido fundada por Paulo, ele pode pressupor um certo conhecimento entre os leitores de lá. Cada comunidade cristã situava-se, naquele tempo, no contexto de um reconhecimento histórico-salvífico, de modo que a afirmação seguinte não constituía novidade para nenhuma comunidade. Porém, como em Rm 6.3, esse conhecimento poderia ter sido deixado de lado. Ele precisa ser reavivado, para que as exortações apostólicas não caiam no vazio. **E digo isto a vós outros que conheceis o tempo.** Sucintamente Paulo delineia a compreensão cristã dos primórdios sobre a situação entre a primeira e segunda vinda do Senhor, o “dia do Senhor”.

Esse dia ainda não chegou (2Ts 2.2), contudo vem chegando (Rm 13.12). Esse “vem chegando” não significa: ele chega amanhã ou depois de amanhã! Ao contrário, Paulo está tendo a visão do romper do dia que já começou. **Já é hora de vos despertardes do sono.** Involuntariamente, a formulação chama o Getsêmani à nossa memória. Também lá a exortação de não dormir mais se refere a um dado cronológico marcante. É a hora mundial, hora do perigo mundial, mas também da chance universal.

Por isso ela é por um lado denominada de “hora do poder das trevas”, por outro lado de “hora do Filho do Homem”, “a sua hora”. Seu conteúdo é a ação redentora de Deus no sofrimento de Jesus. Ela desembocou na exclamação de triunfo: “Está consumado!” É nesse fato que está enraizada a percepção de tempo da igreja cristã.

No ponto baixo da Sexta-Feira da Paixão ela visualiza o ponto alto da gloriosa revelação de Deus, de maneira que agora tudo se transforma. Aconteceu a virada dos tempos, ainda que o mundo continue girando como se nada tivesse acontecido. Como ilustração serve o lusco-fusco da primeira hora, quando o novo dia se anuncia.

A partir de agora luz e trevas lutam entre si. Porém isso não acontece como uma tragédia eterna, conforme ensinam algumas religiões, mas a noite já foi derrotada e está em retirada. É por isso que as sombras que ainda pesam sobre a existência não conseguem mais impressionar os que crêem, não podem levá-los a dormir "como os demais" (1Ts 5.6).

Para eles dissipou-se o entorpecimento do sono, citado em Rm 11.8. Nada mais ao redor encontra-se em estado plúmbeo, mas agora tudo está num movimento de pressão irresistível para frente. **Porque a nossa salvação está, agora, mais perto do que quando no princípio cremos.** O "perto" tornou-se "mais perto" e "cada vez mais perto". Nenhum instante permanece parado no tempo. O cristão não se vê parado num pátio de estacionamento, mas experimenta um avanço de fé em fé, de graça em graça, e de glória em glória.

Nos v. 12-14 são acrescentadas instruções para um agir orientado para o futuro. **Vai alta a noite, e vem chegando o dia.** Se essa verdade for entendida, é preciso encarar a situação e agir de acordo e com total lucidez: **pois!** Paulo continua na ilustração: após levantar (v. 11) está na hora de vestir-se. Uma possibilidade negativa se opõe à positiva, no primeiro caso como variedade de "peças de roupa". Seguiremos agora a ordem temática do texto.

Primeiramente a atitude de vida voltada para trás: **Deixemos, pois, as obras das trevas.** De modo algum os cristãos devem tirar novamente do baú as velhas peças manchadas, que foram despidas na hora do arrependimento e da conversão. O v. 13 apresenta exemplos chocantes da vida noturna dos gentios. **Orgias**: são promovidas com luxo pecaminoso, um vexame diante dos famintos do mundo (Lc 16.20,21) e uma mina de ouro para os médicos, que precisam curar novamente as vísceras. **Bebedices**: um copo pede pelo seguinte, até que a sociedade toda esteja alcoolizada e os controles normais estejam desligados. **Impudicícias** ("imoralidade sexual" [NVI]; "pecado sexual" [VFL]): referência à sexualidade sem qualquer dignidade humana, buscada muitas vezes em festinhas, favorecida pelo efeito entorpecente do álcool e excitado por comidas fortes. **Dissoluções** ("depravação" [NVI]; "vícios perversos" [tradução do autor]): sobre isso, cf Rm 1.26,27. **Não em contendas e ciúmes**: bastam coisas insignificantes para conjurar morte e assassinato.

Nesse ponto também se pode acrescentar a exortação sintetizadora do v. 14b: **nada disponhais para a carne no tocante às suas concupiscências** ("não fiquem premeditando como satisfazer os desejos da carne" [ou: "da natureza pecaminosa"] [NVI]). Muitas vezes o termo "carne" é entendido nesse texto como "corpo, físico", motivo pelo qual também é traduzido dessa forma, p. ex., na versão

da Tradução Ecumênica [em alemão]: “Não cuideis de tal modo do vosso corpo que as concupiscências despertem”. Contudo, essa compreensão dificilmente é convincente na seqüência do pensamento, uma vez que “carne” aparece como força contrária ao senhorio de Jesus Cristo.
Seu ponto de partida são as pulsões e aspirações de uma pessoa. Com certeza fazem parte do equipamento que ela recebeu por ocasião da criação, com as quais ela deve glorificar a Deus. Contudo, quando caem sob o poder da carne e são cultivadas e desenvolvidas de forma a satisfazerem a avidez humana, elas se desviam do papel de serviço. Deterioram-se e comportam-se senhorialmente. Desejo torna-se avidez, e prazer, lascívia.

Depois disso, passemos à forma de vida alternativa. Paulo não contrapõe simplesmente as “obras da luz” às “**obras das trevas**”, mas fala de “**armas** da luz”. Chama a atenção o elemento da luta: Não apenas praticar o bem, mas também levá-lo avante, vencendo o mal pelo bem (Rm 12.21). Com sua missão os cristãos põem mãos à obra de forma combativa. Para tanto, revestem-se de armamento, mais precisamente de “armas **da luz**”. Desprezam os meios do adversário, não se tornam sarcásticos, nem impacientes, nem vaidosos, nem pressionam. Vestem a roupa da luz de Deus (1Jo 1.6).

No v. 14 Paulo também mantém a figura do vestir-se. Ao mesmo tempo ele a usa para embalar toda a parênese dos dois capítulos: **revesti-vos do Senhor Jesus Cristo**. Colocar a veste de Cristo é uma ilustração que tem lugar fixo no acervo de imagens do apóstolo, com um significado inequívoco:

• Em nenhuma dessas passagens se alude a um ser passivamente revestido e transformado. Sempre aparece a forma ativa: “Vistam-se!” O que se espera é que peça por peça daquilo que Deus coloca à disposição seja “tomada”, aceita e vestida (Ef 6.13,16).

• A figura refere-se sistematicamente à conformação ética do cotidiano segundo o modelo de Cristo. Quem se reveste de Cristo é enviado por ele, de maneira que a partir de agora o senhorio de Jesus o envolve e determina de forma bem prática. Conforme Gl 3.27, essa entrada para o serviço aconteceu de maneira fundamental no batismo, mas deve ser confirmada todas as manhãs com nova disposição.

Em relação ao futuro (13: 8-14)

13: 8 Basicamente, a primeira parte deste versículo significa: "Pague suas contas em dia." Não é uma proibição contra todas as formas de dívida. São inevitáveis na nossa sociedade alguns tipos de dívida, a maioria de nós tem contas telefônicas mensais, gás, electricidade,

água, etc E é impossível de gerir uma empresa sem incorrer em qualquer dívida. A advertência aqui é para não atrasar no pagamento (Padrão).

Mas, além disso, existem certos princípios que devem guiar-nos nesta área. Não devemos entrar em dívida para não-essenciais. Não devemos entrar em dívida quando não temos nenhuma esperança de reembolso. Devemos evitar a compra a crédito, caindo sob taxas de juros exorbitantes. Devemos evitar empréstimos para comprar um baixo valor do produto. No geral, exercer a responsabilidade financeira deve viver modestamente e dentro de nossas possibilidades, lembrando a todo o momento que o mutuário é servo do que empresta (veja Pr 22 7).
A dívida que temos está sempre à procura de ***amor*** . A palavra usada para *o amor* em Romanos, com uma única exceção (12:10), é *agape* , o que significa uma afeição profunda, altruísta e sobre-humana, uma pessoa sente por outra. Este **amor** não é motivado por alguma virtude sobrenatural no Amado; pelo contrário, é totalmente imerecida. É diferente de todos os outros o amor que se projeta não só digno de amor, mas também os inimigos.

Esse amor se manifesta dando, e geralmente dar desinteressadamente. Então, Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito. Cristo amou a igreja ea si mesmo se entregou por ela.

É principalmente uma questão de *vontade* , não as emoções. O fato de que nós *enviar* **amor** indica que é algo que podemos decidir tomar. Se fosse uma emoção incontrolável que caiu sobre nós em momentos inesperados, que dificilmente poderia ser responsabilizado. Mas isso, é claro, não nega que pode haver emoções envolvidas.

É impossível para uma pessoa não salva manifestar esse amor divino. Na verdade, é impossível mesmo para um crente para expor em sua própria força. Você pode exibir somente o poder do Espírito Santo dentro do crente.

O amor encontrou a sua expressão perfeita na terra, na Pessoa de Cristo. Nosso amor de Deus se manifesta na obediência aos Seus mandamentos.
Aquele que ama seu próximo tem cumprido a lei , ou pelo menos a parte da lei que ensina o amor ao próximo.

Os pontos apóstolo fora aqueles **mandamentos** que proíbem atos de desamor contra o nosso próximo. Estes são **os mandamentos** contra **o adultério** , *assassinato* , roubo, perjúrio e ganância. O amor não explorar o corpo de outra pessoa; faz imoralidade. O amor não tirar a vida de outra pessoa; faz o *assassinato* . O amor não *roubar* a

propriedade de outra pessoa. O que torna o roubo. O amor não nega a justiça para os outros; faz o **falso testemunho** . O amor nem sequer portos tortos desejos para bens de outrem. Ele faz a ganância.

E qualquer outro mandamento . Paulo poderia ter mencionado o outro: ". Honra teu pai e tua mãe" Eles são reduzidos para o mesmo comando: **Amarás o teu próximo como a ti mesmo** . Trate-o com o mesmo carinho, consideração e gentileza com que você se trata.

O **amor** nunca tenta fazer **mal** aos outros. Em vez disso, procura ativamente o bem e honra de todos. Portanto, aquele que age com amor é realmente cumprindo as exigências da segunda tábua da **lei** .

O resto do capítulo incentiva uma vida de consciência espiritual e pureza moral. O **tempo** é curto. A Dispensação da Graça está chegando ao fim. O adiantado da hora as demandas que nos deixam tudo letargia e inatividade. **salvação está mais perto de nós do que** nunca. El Salvador vem para nos levar para a casa do Pai.

A época atual é como uma **noite** de pecado apenas o seu curso. O **dia** de glória eterna está prestes a amanhecer para os crentes.

Isto significa que devemos **descartar** todos os vestidos-sujas que mundanismo dizer, todos associados à injustiça e do mal. E nós devemos *vestir* **a armadura de luz** , o que significa que a tampa de proteção de uma vida santa. As peças da armadura são detalhados em Efésios 6: 14-18. Descrever os elementos do verdadeiro caráter cristão.

Note-se que a ênfase está na nossa caminhada cristã prática. Sendo filhos do **dia** , devemos **andar** como filhos da luz. O que é um cristão a ver com festas, bebedeiras, orgias sexuais, mesmo com excessos ou vil calúnia ou inveja? Nada.

A melhor política que podemos fazer é, acima de tudo, *revesti* **o Senhor Jesus Cristo**. Isso significa que devemos tomar todo o seu estilo de vida, vivendo como ele viveu, e aceitá-Lo como nosso guia e exemplo.

Em segundo lugar, devemos **não** *fazer* **provisão para a carne às suas concupiscências** . A **carne** aqui é o velho e corrupto natureza, chorando sem parar de ser mimado com conforto, luxos que gosta de sexo ilícito, diversões vazias, prazeres mundanos, dissipação, o materialismo, etc *Nós satisfazer* **a carne** quando compramos coisas associadas a tentações quando Nós facilitar o caminho para o pecado, quando damos uma maior prioridade para o físico ao espiritual. Devemos ainda dar alguma satisfação à carne. Em vez

disso, não devemos "dar qualquer chance de carne para as suas aventuras" (JBP).

Esta foi precisamente a passagem que Deus usou para transformar a Cristo e à pureza brilhante, mas carnal Agostinho. Quando chegou ao versículo 14, ele se rendeu ao Senhor. Desde então, tem sido conhecido na história como "St." Agostinho.

BIBLIOGRAFIA

COMENTÁRIO BIBLICO POPULAR VERSICULO POR VERSICULO DO NOVO TESTAMENTO = WILLIAN MACDONALD

COMENTÁRIO ESPERANÇA = Editora Evangélica Esperança